A AGENDA AGROECOLÓGICA DO MST E SUAS ESCOLAS DE AGROECOLOGIA:

para além do Ensino Médio integrado da escola estatal?

THE AGRICULTURAL AGENDA OF THE MST AND ITS AGROECOLOGY SCHOOLS: beyond the integrated middle school?

LA AGENDA AGROECOLÓGICA DEL MST Y SUS ESCUELAS DE AGROECOLOGÍA: ¿más allá de la enseñanza secundaria integrada de la escuela estatal?

Henrique Tahan Novaes¹

Resumo: este artigo apresenta a entrada da questão ambiental na agenda do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e como esta levou ao surgimento das suas escolas de agroecologia. Para isso, iniciamos o artigo retomando rapidamente o debate da produção destrutiva desencadeada pelas grandes corporações transnacionais e os impactos da chamada “revolução verde”. Em seguida apresentamos os pilares das escolas de agroecologia do MST e os tempos educativos das mesmas, a partir do exemplo de uma escola do MST no Paraná. É possível observar nestas a educação para a transformação social, a auto-organização dos alunos, a relação entre teoria e trabalho emancipado, a denúncia sistematizada da “revolução verde”, a teorização científica da agroecologia e a formação “técnica” em agroecologia.

Palavras-chave: Escolas de Agroecologia – Movimento Sem Terra – Ensino Médio – Ensino Integrado.

¹ Doutor em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Mestre e Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Araraquara). Atua como docente da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP/Marília, onde integra o quadro docente do Programa de Pós-Graduação em Educação. É Coordenador do Curso e Aperfeiçoamento em Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas à luz dos clássicos do Materialismo Crítico (6ª Edição), é Membro do Grupo de Pesquisa Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (IBEC-São Paulo), do Grupo de Análise de Política de Inovação (GAPI-Unicamp) e do Grupo Organizações e Democracia (UNESP/Marília). E-mail: hetanov@yahoo.com.br

Abstract: this article presents the entry of the environmental issue into the agenda of the Landless Rural Workers Movement (MST) and how it led to the emergence of its agroecology schools. To do this, we began the article by the debate on the destructive production triggered by large transnational corporations and the impacts of the so-called "green revolution". Next we present the pillars of the schools of agroecology of the MST, from the example of a school of the MST in Paraná. It is possible to observe in these the education for social transformation, the self-organization of the students, the relationship between theory and emancipated work, the systematized denunciation of the "green revolution", the scientific theorization of agroecology and "technical" training in agroecology.

Keywords: Schools of Agroecology – Landless Rural Workers Movement – High school Integrated teaching.

Resumen: este artículo presenta la entrada de la cuestión ambiental en la agenda del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) y cómo ésta llevó al surgimiento de sus escuelas de agroecología. Para ello, iniciamos el artículo retomando rápidamente el debate de la producción destructiva desencadenada por las grandes corporaciones transnacionales y los impactos de la llamada "revolución verde". A continuación, presentamos los pilares de las escuelas de agroecología del MST y los tiempos educativos de las mismas, a partir del ejemplo de una escuela del MST en Paraná. Es posible observar en éstas la educación para la transformación social, la autoorganización de los alumnos, la relación entre teoría y trabajo emancipado, la denuncia sistematizada de la "revolución verde", la teorización científica de la agroecología y la formación "técnica" en agroecología.

Palabras clave: Escuelas de Agroecología – Movimiento Sin Tierra – Enseñanza Secundaria Enseñanza integrada.

Introdução

A sociedade brasileira tem uma dívida secular com a população trabalhadora, relegada, desde os primórdios do País, a não receber conhecimentos, senão aqueles que fossem necessários ao trabalho produtivo no campo e nos espaços urbanos. Mais tarde, com séculos de atraso em relação aos países europeus colonizadores, o ideal educacional, necessário à produção capitalista, implantou-se, de modo escasso e limitado, apenas nas funções de ler, escrever, contar e aprender um ofício. Manteve-se sempre, por artifícios legais e administrativos, a meia-educação para a população (CIAVATTA, 2011, p. 35).

Muitos pesquisadores tentaram explicar o porquê de o Brasil ser um dos países que mais promoveram a "deseducação" do seu povo. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) observa que o Brasil é um país de capitalismo dependente e associado. Para ele, constituímos um capitalismo "esquisito", "ornitorrinco", com um sistema educacional público frágil, desintegrado e pequeno. As classes proprietárias brasileiras não "quiseram" construir um sistema educacional de qualidade, voltado para as maiorias. Para Ciavatta (2011), conforme colocado na epígrafe deste artigo, "manteve-se sempre, por artifícios legais e administrativos, a meia-educação para a população".

A nossa tragédia educacional pode ser vista em números: cerca de metade dos jovens brasileiros estão fora do ensino médio, cerca de 80% fora do ensino superior. Nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, em 2017, metade do ano letivo do ensino fundamental foi cancelado em função do tráfico de drogas.

O Brasil nunca fez uma reforma agrária e urbana. Os "cidadãos" moram em barracos, favelas, casebres e "puxadinhos" de baixa qualidade. Não se formou um

sistema público de saúde e transporte de qualidade. Cerca de metade da população em idade ativa não tem carteira assinada, vivendo de bicos, trabalhos temporários, na informalidade. Para piorar a tragédia, a mercantilização da educação e da saúde caminham a passos largos nas últimas décadas, não deixando espaço para a manutenção de um sistema pública. Diante disso, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) conclui que se a república é frágil, a democracia também é frágil e restrita e obviamente a educação pública torna-se bastante frágil.

Ribeiro (2019), numa palestra realizada em 1977 intitulada "Sobre o óbvio", resume com bastante ironia e deboche a nossa tragédia educacional no século XX: nos tornamos um país de analfabetos, onde as crises educacionais não são crises, mas um projeto.

No governo Lula, a Lei nº 5.154/2004 criou algumas possibilidades de integração entre o ensino técnico e o ensino médio que resultaram na criação de diversos cursos. No entanto, mais uma vez as classes proprietárias não "quiseram" destinar uma quantidade de recursos significativa para "revolucionar" o sistema educacional. Elas optaram por dar um golpe em 2016, prender Lula em 2018 e "ejetar" o lulismo do poder.

Kuenzer (2017), no artigo "Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível" fez inúmeras ponderações sobre a o regime de acumulação flexível e a proposta de ensino médio do governo Temer. Sob o comando da secretária executiva do Ministério da Educação – MEC, Maria Helena Guimarães Castro, surgiram propostas de uma nova Base Nacional Comum Curricular e a efetivação da Reforma do Ensino Médio, que tem sido questionada por especialistas do campo crítico.

No que se refere à quantidade de escolas integradas, é preciso destacar que a proposta da Reforma de Ensino Médio estipula somente 25%, o que pode ser interpretado como um baixo investimento em termos de promoção de escolas de qualidade.

Com relação à qualidade da integração, Kuenzer (2017) observa que essa nova proposta está, na melhor das hipóteses, adequada à nova fase da "acumulação flexível", tendo em vista a formação de "colaboradores" "proativos". Na melhor das hipóteses porque sabemos que, historicamente, o Brasil tendeu a "excluir" muito mais que "incluir", tendeu a deixar de fora, muito mais do que inserir jovens numa formação "flexível", "colaborativa", "cooperativa", "por habilidades, atitudes e competências", ainda que esta exista em pequenos espaços mais dinâmicos do sistema educacional.

Ao que tudo indica, boa parte da população continuará vivendo no desemprego ou subemprego, onde essas novas pedagogias não fazem muito sentido. Tudo leva a crer que o país continuará com um sistema educacional público precário, com péssimas condições de trabalho e de remuneração para os professores, com baixa integração entre ensino técnico e ensino médio. Para Piletti (2016, s./p. *texto em html*), com o olhar do historiador de longos períodos, observa que:

As sucessivas crises do ensino médio – acho que não seria incorreto falar de uma única e persistente crise, prolongando-se ao longo de toda a nossa história, alimentada até mesmo pelas frequentes mudanças a que foi submetido esse grau de ensino – conferem certa razão a Darcy Ribeiro quando afirma que "a crise da educação brasileira não é um problema, é um programa.

Historicamente, a educação profissional estatal tendeu a especializar/adestrar os trabalhadores tendo em vista a sua inserção, na melhor das hipóteses, no mercado de trabalho. Ao que tudo indica, a nova Reforma do Ensino Médio e sua proposta de ensino médio integral estão alicerçadas na nova relação entre escola e mercado de trabalho, no contexto da "acumulação flexível" (KUENZER, 2017).

Possivelmente ela tem como "paradigma" a "sociedade do conhecimento", símbolo da nova fase do capitalismo, que tem por objetivo formar "colaboradores" flexíveis e adaptados à nova realidade da sociedade capitalista, mais "líquida", "dinâmica" e "intensa", que requer "inovações" cada vez mais rápidas para a reprodução do capital fictício.

Pode-se afirmar que, diante da crise estrutural do capital, na qual é possível destacar a crise crônica do desemprego-subemprego e o colapso ambiental, os movimentos sociais do campo, em especial o MST, têm criado espaços de resistência, como assentamentos baseados na cooperação e na produção e comercialização agroecológicas.

Ao mesmo tempo, criam escolas "técnicas" que ajudam a reproduzir essas novas formas de produzir, baseadas nos princípios da agroecologia. Nessas escolas, a certificação é dada pelos institutos federais ou pelo Centro Paula Souza, mas o controle dos cursos pelo MST varia de médio a alto.

Este artigo pretende apresentar a entrada da questão ambiental na agenda do MST que levou ao surgimento das suas escolas de agroecologia. Para isso, o iniciamos mostrando a produção destrutiva desencadeada pelas grandes corporações transnacionais e os impactos da chamada "revolução verde". Em seguida apresentamos os pilares das escolas de agroecologia do MST.

Lutas pela agroecologia e a agenda agroecológica do Movimento Sem Terra (MST)

A "revolução verde" na agricultura deveria ter resolvido de uma vez por todas o problema da fome e da desnutrição. Ao contrário, criou corporações-monstro, como a Monsanto, que estabeleceram de tal forma seu poder em todo o mundo, que será necessária uma grande ação popular voltada às raízes do problema para erradicá-lo. Contudo, a ideologia das soluções estritamente tecnológicas continua a ser propagandeada até hoje, apesar de todos os fracassos (MÉSZÁROS, 2004, p. 275)

Vimos em outro artigo (Novaes, 2018) que, de acordo com Jean Ziegler, 5 bilionários detém a riqueza equivalente à metade da população mundial e cerca de 1 bilhão de pessoas passam fome diariamente (Ziegler, 2013). Ao que tudo indica, não há nenhuma perspectiva de melhoria, ao contrário, os estudos da área apontam para o aumento da pobreza, a concentração da renda e a intensificação de catástrofes em níveis jamais vistos.

Vimos também que foi avassaladora a expansão de muitas corporações capitalistas das indústrias de agrotóxicos, transgênicos, tratores e implementos agrícolas no Pós-Segunda Guerra Mundial. Seu avanço levou ao roubo de terras, envenenamento dos produtores e consumidores, aumento das alergias, endividamento de pequenos e

médios produtores etc. No site de uma dessas corporações aparece que ela é produtora de "defensivos agrícolas" e que contribui para "matar a fome da humanidade" (NOVAES, 2012; MACHADO e MACHADO FILHO, 2014).

Observamos também que as consequências da "revolução verde" foram narradas por pesquisadores, documentaristas, cientistas, intelectuais orgânicos de movimentos sociais, dentre outros (NOVAES, 2018).

Ziegler (2013) se pronuncia sobre a "revolução verde" e nos mostra o irracionalismo da produção de commodities, isto é, a produção voltada para acumulação de capital e todas as consequências que o modo de produção capitalista traz para a humanidade².

Na segunda metade dos anos 1970 surgiram inúmeras lutas puxadas pelos trabalhadores. Lutas contra a fome, por habitação, emprego, melhores salários, melhores condições de trabalho para o funcionalismo público, lutas dos bancários, lutas por terra e teto, creches, saneamento básico, lutas por educação e democratização da escola pública, lutas dos atingidos por barragens, pela utilização adequada da floresta (Amazônia), etc. eclodiram em todos os cantos do país (SADER, 1988).

No fim das contas, o capital saiu vitorioso com a sua "transição gradual, lenta e segura". Não conseguimos as diretas já. O capital esteve no controle desta transição, a ponto de Fernandes (1986) se perguntar se estávamos mesmo entrando na fase da "Nova República".

No que se refere às lutas contra "revolução verde", para Mészáros (2004) esta "criou corporações-monstro, como a Monsanto, que estabeleceram de tal forma seu poder em todo o mundo, que será necessária uma grande ação popular voltada às raízes do problema para erradicá-lo". Para nós, o Movimento Sem Terra (MST) é um dos movimentos sociais que está promovendo a denúncia do pacote da "revolução verde" e ações práticas voltadas para a promoção da agroecologia.

O MST surgiu em 1984 e tem desde 1995 um setor de gênero, configurando uma espécie de "luta dentro da luta". Na luta por terra surgem inúmeras lutas na terra, como a ambiental, a de gênero, por cooperação e estímulo ao cooperativismo, contra a transgenia, pela soberania alimentar etc.

Em Novaes (2012) e Pires e Novaes (2016), mostramos que o MST incorporou a agenda agroecológica nos anos 2000. Para nós, a agenda agroecológica do MST é composta de alguns princípios, dos quais destacamos: a) soberania e segurança alimentar; b) reforma agrária popular, c) denúncia do pacote da "revolução verde" (agrotóxicos, adubos sintéticos, transgênicos, tratores e implementos agrícolas); d) experimentação prática da agroecologia; e) igualdade de gênero, f) promoção do trabalho associado, g) comercialização popular; h) agenda de pesquisa, ensino e extensão das instituições públicas voltada para a promoção da agroecologia.

² Jean Ziegler é um intelectual suíço e foi secretário da ONU. Seu livro vem sendo muito utilizado por todos aqueles interessados em compreender o papel das corporações na fase atual do capitalismo e para a compreensão do aumento da fome mundial.

As escolas de ensino médio integrado do MST: princípios pedagógicos, agroecologia e forma de integração entre ensino técnico e ensino médio

Em linhas gerais, a pequena quantidade de escolas de agroecologia vinculadas aos movimentos sociais deve ser compreendida dentro do contexto de ofensiva do capital³. Molina, Arelaro e Wolf (2015) nos mostram o incisivo assédio de empresas monoculturas - vinculados ao agronegócio - às escolas do campo.

Em Teodoro Sampaio, a empresa denominada "Usina Odebrecht Agroindustrial", a partir de diferentes estratégias de envolvimento do poder público municipal, de membros da comunidade, de lideranças e de agentes da escola, através do "Programa Energia Social para a Sustentabilidade Local", tem conseguido se inserir nas escolas do campo da região disseminando e promovendo contra valores entre os docentes, os discentes e a comunidade, enaltecendo os "benefícios" do agronegócio para o território, dificultando a compreensão das imensas contradições que sob este modelo agrícola se escondem. Uma das mais perversas tem sido o convencimento da juventude das áreas de Reforma Agrária da região, de abrir mão da maior vitória alcançada com a luta pela terra, que significa o domínio deste meio de produção, convencendo esta juventude a vender sua força de trabalho a estas empresas monocultoras, conseguindo inclusive, que muitas famílias acabem arrendando seus lotes para estas mesmas empresas (MOLINA; ARELARO; WOLF, 2015).

Do outro lado do *front*, a construção dos Centros de Agroecologia do MST está ligada aos objetivos fundadores do Movimento Sem Terra: "lutar pela terra, lutar por reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país" e mais recentemente a disputa pela matriz produtiva, tendo em vista a produção de alimentos saudáveis.

Neste contexto, os princípios pedagógicos dos Centros de Agroecologia do MST são:

- Ser um espaço de formação para as organizações da classe trabalhadora;
- Ser um espaço para os encontros do Movimento Sem Terra e outras organizações, que buscam os mesmos objetivos de transformação social;
- Ser uma referência no desenvolvimento de experiências na área de produção agroecológica, apresentando resultados concretos para os agricultores/as;
- Ser um espaço de desenvolvimento de valores humanistas socialistas, desenvolvidos através da vida coletiva;
- Aperfeiçoar o método de formação técnica e política e escolarização desde o ensino fundamental, como também no ensino médio e superior;

³ Poderíamos ir até mais longe, pois a ofensiva do capital impede o surgimento de escolas de movimentos sociais e ao mesmo tempo fecha escolas rurais e urbanas. Isso pode ser visto, por exemplo, no excelente documentário "Granito de Arena" sobre o fechamento de escolas técnicas rurais no México, e os inúmeros artigos que saíram sobre as ocupações de escolas no Brasil nos últimos anos. Vale a pena consultar os textos da Seção 22, dos professores do sul do México e dos docentes de Neuquén (Argentina).

- Ser espaços de desenvolvimento de experiências científicas e tecnológicas, voltados à realidade camponesa;
- Ser um espaço de incentivo e vivência da cultura popular, resgatando especialmente cultura camponesa;
- Ser um espaço onde as pessoas possam conviver, educando – se, trabalhando, divertindo-se e construindo perspectivas de futuro (LIMA, 2011, p. 87).

Para Lima (2011), a criação dos Centros de Agroecologia do MST representa: a) um espaço importante, em construção, na formação técnica e política de jovens do campo; b) na socialização do conhecimento histórico crítico e científico produzido pela humanidade; c) na integração entre conhecimento técnico e de ensino médio, d) na aproximação dos trabalhadores do campo e da cidade, apoiando a construção de ações coletivas de comum interesse, e e) na promoção da agroecologia (LIMA *et al.*, 2012, p. 194; PIRES, 2015).

Os fundamentos teóricos metodológicos que norteiam o Projeto Político-Pedagógico (PPP) dos cursos desenvolvidos nos Centros de Agroecologia do MST estão fundamentados na *práxis* política e educativa dos princípios da pedagogia socialista, da educação popular, do materialismo histórico dialético e da *Pedagogia do Movimento Sem Terra* (CALDART, 2004, 2015; GUHUR, 2010; LIMA *et. al.*, 2012; NOVAES e PIRES, 2016).

Consultando a obra de Caldart (2004, p. 315), constata-se que a formação do sem-terra tem como principal sujeito pedagógico o MST, "como uma coletividade em movimento, que é educativa e que atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que o constituem". Dentro disto, a *Pedagogia do Movimento*, tem sua matriz formativa desenvolvida sob cinco dimensões: a) pedagogia da luta social, b) pedagogia da organização coletiva, c) pedagogia da terra, d) pedagogia da cultura e e) pedagogia da história.

Buscando articular trabalho, educação, escola e comunidade a proposta educativa dos cursos de agroecologia desenvolvida nos Centros além da *Pedagogia do Movimento Sem Terra*, também tem como referência o conceito de "trabalho socialmente necessário" desenvolvido por Shulgin (2013).

Dessa forma, o "trabalho socialmente necessário" propõe a base da vida escolar, não como uma mera adaptação, adestramento das mãos e/ou método de ensino, mais ligado organicamente e estreitamente com o ensino.

Usualmente a integração significa compreender os "fundamentos científicos do trabalho" geralmente negados a classe trabalhadora. Distinta da formação aligeirada, adestradora e voltada para o mercado de trabalho, na escola única o objetivo principal não é distribuir desigualmente os conhecimentos de acordo com a classe social de origem. Para Freitas (2012), a falsa dualidade entre formar técnicos ou formar para o ensino médio, é superada na "escola única do trabalho" com a bandeira da "integração" entre conhecimentos gerais e conhecimentos técnicos. Ciavatta e Ramos (2012) observam que a expressão Ensino Médio Integrado significa muito mais do que uma forma de articulação entre ensino médio e educação profissional: "ela busca recuperar

as concepções de Educação politécnica, educação omnilateral e escola unitária" (CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 306)

Nesse sentido, os Projetos Políticos Pedagógicos dos Centros de Agroecologia vão ser construídos com base na Pedagogia do Movimento Sem Terra, que tem uma certa influência dos princípios e conceitos desenvolvidos pelos pedagogos soviéticos. Nessa perspectiva o trabalho como princípio educativo, a auto-organização, a relação com a comunidade são princípios que compõem seu Projeto Político Pedagógico (PPP) e seu Projeto Metodológico (PROMET) como podemos ver no caso da Escola José Gomes da Silva (EJGS-Paraná) apresentado no Quadro 1, fruto das pesquisas de Pires (2015).

Quadro 1 - Princípios Pedagógicos da Escola "José Gomes da Silva" - Paraná

Princípios	Descrição
Direção coletiva	Todas as instâncias serão formadas por comissões de trabalhadores/as com igual direito e poder. As decisões serão tomadas, prioritariamente, por consenso político.
Divisão de tarefas	Estimular e aplicar a divisão de tarefas e funções entre os sujeitos dos coletivos valorizando a participação de todos e evitando a centralização e o personalismo.
Profissionalismo	Todos os membros dos setores e coletivos devem encarar com profissionalismo suas funções. Considerando profissionalismo sob dois aspectos: a) transformar a luta pela terra e a organização do Movimento como sua profissão militante. Ter amor e dedicar-se de corpo e alma por ela; b) Ser um especialista, procurando aperfeiçoar-se cada vez mais, naquelas funções e tarefas que lhe forem designadas, tendo em vista o conjunto da organicidade do Movimento.
Disciplina	Aplicar o princípio de que a disciplina é o respeito às decisões do coletivo, desde o cumprimento de horários, mas, sobretudo de tarefas e missões.
Planejamento	Aplicar o princípio de que nada acontece por acaso, mas tudo deve ser avaliado, definido e planejado a partir da realidade e das condições objetivas da organização.
Estudo	Estimular e dedicar-se aos estudos de todos os aspectos que dizem respeito às atividades do Movimento. A organização que não formar seus próprios quadros políticos não terá autonomia para conduzir as lutas.
Vinculação com as Massas	A vinculação permanente com as massas de trabalhadores/as é a garantia do avanço das lutas e da aplicação de uma linha política correta. Das massas devemos aprender as aspirações, anseios e a partir de sua experiência, corrigir nossas propostas e encaminhamentos.
Crítica e autocrítica	Aplicar sempre o princípio da avaliação crítica de nossos atos e, sobretudo ter a humildade e grandeza de fazer a autocrítica, procurando corrigir os erros e encaminhar soluções.

Fonte: Organizado por Pires (2015)

Por meio destes princípios pedagógicos, propõe-se que a formação seja desenvolvida desde um trabalho pedagógico voltado para a vivência de novas relações

sociais, a organicidade⁴, o trabalho e o aprendizado em uma dimensão coletiva e participativa.

Partindo da organicidade os educandos e educandas que participam dos cursos de técnicos em agroecologia, por exemplo, vão ser organizados em Núcleos de Base e equipes de trabalho. O trabalho aparece "como provocador de novas aprendizagens, com o paradigma prática-teoria-prática, produzindo conhecimento sobre a realidade" (PPP, 2010, p. 11).

A organização dos tempos educativos se dá em consonância com as outras esferas de ensino e aprendizagem nas equipes de trabalho (autosserviço) e nas Unidades produtivas da Escola (autossustento), conforme apresentamos no Quadro 3:

**Quadro 3 - Descrição dos Tempos Educativos da Turma
"Revolucionários da Terra"**

TEMPO EDUCATIVO	DESCRIÇÃO
Tempo aula	É o tempo em que são desenvolvidas as disciplinas e eixos temáticos nas áreas do conhecimento do currículo do curso. Os eixos temáticos referem-se a: disciplinas do momento de escolarização dos educandos, temas do caráter técnico entre outros. Podendo haver algumas mudanças, pois é preciso conciliar com as agendas dos educadores/as.
Tempo leitura	Atividade destinada à leitura e estudos dirigidos individuais, orientados pela necessidade de cada educando de se apropriar de determinados assuntos, com objetivo de construir um método adequado do estudo e desenvolvimento do hábito de leitura, da pesquisa e desenvolvimento intelectual, proporcionando momentos de socialização das mesmas no conjunto da turma.
Tempo trabalho	É definido em vista às demandas internas da EJGS, contribuindo para a produção e manutenção nos diversos setores/ unidades do Centro/escola e atividades necessárias ao bem estar da comunidade e a formação de valores sociais e humanistas. Nesse sentido o tempo trabalho deve acontecer como elemento formativo que desenvolve a coletividade, a organização e a cooperação. A inserção dos educandos/as também cumpre papel de realizar pesquisas produtivas contribuindo no planejamento das atividades e na construção orgânica dos setores
Tempo oficina e seminário	Destinado ao aprendizado e desenvolvimento de habilidades específicas aos focos de capacitação da turma. É o tempo previsto para que os educandos dominem novas atividades. Também pode ser usado para qualificação do trabalho nas unidades de produção. É Organizado conforme a dinâmica das aulas e leituras.
Tempo mística	A mística é a alma da identidade Sem Terra. A EJGS tem a tarefa de resgatar o amor ao trabalho e a pertença do educando e da comunidade Sem Terra à classe trabalhadora. A mística é mais do que um tempo, é uma energia que perpassa o cotidiano. Por isso precisa-se dela no início de grandes atividades e, resgatá-la em vários momentos do dia. Esta atividade é de responsabilidade dos núcleos de base. Deve-se aprender a trabalhar e

⁴ O termo organicidade é bastante usado nos debates internos do MST, seu significado e conteúdo abrangem: ampliar a participação, elevar o nível de consciência das famílias, formar militantes – quadros, ter o controle político do espaço geográfico, implantar os círculos orgânicos, manter-se permanentemente vigilante, afastar os inimigos, acumular forças. Tudo isso ajudará na elaboração da estratégia na luta política pela Reforma Agrária, dando condições de fazer a disputa política na sociedade brasileira (MST, 2005).

	vivenciar a mística, cultivar a luta dos trabalhadores, datas importantes e conquistas. Também é o tempo de conferência dos núcleos de base e de informações.
Tempo reflexão escrita	Destinado ao registro das vivências e experiências que cada educando vai extraindo do processo educativo do Centro e do curso, que contribuirão na sua militância. É o momento que o educando tem para refletir sobre sua prática cotidiana e os desafios a serem superados. Para isto cada um terá um caderno específico, esta tarefa será feita cotidianamente, a partir da organização de cada sujeito. O mesmo será solicitado pela coordenação pedagógica para acompanhamento semanalmente.
Tempo cultura e lazer	Destinado para atividades culturais, teatros, danças, visitas, músicas, cultura camponesa entre outras. A equipe de comunicação e cultura terá a responsabilidade de coordenar este tempo. Este tempo será organizado conforme as demandas apresentadas pela turma.
Tempo núcleo de base	Destinado à discussão e encaminhamentos gerais da turma e do curso, sendo também um espaço de estudo e debate para a auto-organização dos educandos nos processos de organicidade da EJGS e do MST
Tempo notícia	É o momento destinado para acompanhar os noticiários através da televisão, jornais, revistas, fazendo uma reflexão crítica sobre os fatos que são noticiados pela mídia. Incluem-se também vídeos, documentários e palestras. Esta atividade será de inteira responsabilidade da unidade de cultura junto a equipe de comunicação e com orientações da CPP.
Tempo estudo complementar	A intenção deste momento é proporcionar aos estudantes espaço de auto-organização para os estudos individuais e/ou coletivos, realizações de trabalhos das disciplinas e outras atividades.
Tempo mutirão	Visa contribuir com o cuidado da Escola, com a valorização das pequenas tarefas, com embelezamento do espaço público coletivo. Também é usado para fazer uma limpeza geral nas dependências da escola. É discutido conforme a dinâmica e demanda da EJGS.
Tempo comunidade	Os objetivos deste tempo são: Realizar atividades delegadas pela organização no qual o educando faz parte; comprometer-se com a execução das linhas de produção alternativa; desenvolver atividades orientadas pelos educadores das disciplinas e pela coordenação pedagógica, desenvolver práticas de campo. A cada etapa esse trabalho será avaliado e reencaminhado. Os educandos desenvolverão as atividades que serão acompanhadas pela coordenação política pedagógica do curso, técnicos, coletivos dos setores do MST e direções das brigadas.

Fonte: Organizado por Pires (2015)

Tomando como referência os apontamentos de Shulgin (2013) sobre o "Trabalho socialmente necessário" observa-se que o projeto político pedagógico dos Centros do MST propõe três pontos básicos importantes: 1) orientado para melhoria econômica e da vida; 2) pedagogicamente valioso; e 3) estar em conformidade com as forças e particularidades dos adolescentes.

Cada tempo educativo além de ser parte estruturante da formação do futuro técnico, tem a característica de ser integrada quando apresenta a intencionalidade de fazer com que eles vivenciem e compreendam a Escola e o curso como um todo, por meio do princípio prático do "trabalho socialmente necessário".

Pires (2015) observa que os cursos de técnicos em agroecologia dos Centros do MST têm o objetivo de:

formar profissionais comprometidos com a implantação de modelos de desenvolvimento rural sustentável, na sua forma multidimensional, ou seja, profissionais que tenham uma compreensão de uma variedade de dimensões do conhecimento como a "agricultura orgânica, biodinâmica, permacultura, entre outros (PIRES, 2015, p.115).

Destaca-se também, a atenção dada no objetivo de "desenvolver o hábito da leitura, da pesquisa, do estudo e da elaboração escrita", com o intuito de "promover a integração entre os diferentes níveis de conhecimento". Na mesma vertente, aponta a intencionalidade de formar profissionais pesquisadores com "visão humanista, valores éticos e holísticos, conscientes e socialmente comprometidos, além de inseridos como sujeitos ativos nas lutas dos movimentos sociais" (GUHUR, 2010; LIMA, 2011; PIRES, 2016).

E terceiro a inter-relação entre o trabalho, a auto-organização e a relação com a comunidade, os cursos funcionam no regime de alternância, articulado em dois tempos complementares: o tempo escola (TE) e tempo comunidade (TC), que até certo ponto podem ser compreendidos como uma organicidade intencional com respeito a superar as formas de ensino que Shulgin (2013) denominou de "complexos sentados"⁵.

Nesse sentido, Guhur (2010) salienta que:

Os cursos formais do MST são organizados no regime ou sistema de alternância, combinando períodos de atividades na escola (e também atividades de campo promovidas pela escola), o Tempo Escola (TE), que é um tempo/espço presencial; e períodos nas comunidades de origem dos(as) educandos(as), o Tempo Comunidade (TC), que pode ser entendido como um tempo/espço semipresencial. Importante salientar que "comunidade de origem" está aqui diretamente vinculada ao movimento social ao qual o educando pertence; é no TC que a Pedagogia do Movimento, [...], atua com mais força. Assim, "para os Sem Terra, o MST é o pedagogo do TC" (ITERRA *apud* GUHUR, 2010, p. 156).

Além das atividades que compõem o tempo escola, caracterizado como a participação orgânica e colaborativa entre a Coordenação Política Pedagógica, as famílias que residem no Centro e os próprios estudantes na condução dos processos pedagógicos de manutenção, produção e auto-organização da escola e do ensino⁶.

Dominique Guhur (2010, p. 156) coordenadora da Escola Milton Santos faz a seguinte observação:

No TC, os (as) educandos (as) desenvolvem trabalhos dirigidos pela escola, tais como: leituras, registros, pesquisas de campo, estágios, experimentações e cursos complementares. Além disso, devem participar ativamente na organicidade e nas lutas do Movimento Social de que fazem parte, e manter o enraizamento na comunidade ou coletivo de origem, participando de suas atividades (às vezes, o Movimento Social responsável pode enviar os educandos a outra comunidade em determinados TC, ou os educandos podem permanecer na escola, contribuindo para sua construção ou manutenção).

⁵ Os complexos sentados são a formação promovida pelas instituições de ensino baseando-se unicamente no ensino teórico e livros didáticos, faz referência a uma leitura da realidade, contudo, não se inserem numa vivência prática da realidade estudada (SHULGIN, 2013).

⁶ Para uma leitura mais centrada na questão da gestão participativa dos Centros/Escolas de Agroecologia do MST no Paraná ver a dissertação de Santos (2015).

Entende-se que o TC é o tempo em que os educandos e educandas, seguindo orientações dos tempos educativos, dos educadores e das demandas locais durante o (TE), inserem-se em sua localidade com a intenção de aproximar os conhecimentos adquiridos, fazendo o enfrentamento entre a contradição do real com o ideal, ou seja, a transição do paradigma da chamada "revolução verde" ao agroecológico.

Na articulação do processo formativo entre o TE e TC está a importância dos espaços de formação vivenciados e sistematizados, como oportunidade da classe trabalhadora se apoderar do conhecimento que lhe foi retirado, mas, também, do conhecimento gerado no local, na ótica de quem está vivendo as contradições do capitalismo.

De maneira geral, os cursos formais de educação profissional – tomada aqui em sentido alargado – representa o lócus "[...] onde mais o MST, como um conjunto, expressa sua concepção de escola, nas suas tensões, contradições e reafirmação de princípios, geralmente no contraponto com a lógica de suas instituições parceiras (MST apud LIMA *et. al.* 2012, p.193-194)

Pires (2015) analisou o Curso técnico em agroecologia integrado ao médio realizado na Escola José Gomes da Silva (Paraná). Sua dissertação de mestrado nos ajudou a perceber que a formação integrada nos Cursos do MST é diferente da formação e integração da escola estatal quanto: a) os princípios e a natureza da integração, b) os conteúdos disseminados de ensino médio e c) formação técnica e política.

Considerações finais

Como vimos acima, a formação técnica, histórica e política nos cursos de movimentos sociais tende a ser mais crítica que a formação dada pelo Estado e com outros objetivos. Para o nosso caso, os conteúdos teóricos e as experiências práticas de agroecologia tendem a ser mais críticos. A integração entre ensino médio e técnico tem em vista a formação de "técnicos" que ajudem na transição agroecológica dos assentamentos. No que se refere aos conteúdos de ensino médio, tendem a ser mais críticos que os veiculados na escola estatal, principalmente em função da visão teórica dos professores que circulam nas escolas de movimentos sociais.

E mais que isso, a combinação entre Tempo Escola e Tempo Comunidade procura "materializar" as experiências agroecológicas, isto é, intervir de forma consciente e organizada nos assentamentos que pretendem transitar da "revolução verde" para a agroecologia.

Em suma, utilizando a Pedagogia do Movimento Sem Terra, os Centros de Agroecologia pretendem formar jovens que possuem integrem o conhecimento geral do ensino médio (muitas vezes numa perspectiva crítica) e os fundamentos teóricos e práticos da agroecologia (conhecimentos "técnicos" e princípios da agroecologia), sempre tendo em vista a transição agroecológica nos assentamentos e a produção de alimentos saudáveis⁷.

⁷ O MST do Estado de São Paulo não caminhou no mesmo ritmo que nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná no que se refere à transição agroecológica nos assentamentos e a criação de cursos

Do nosso ponto de vista, estas escolas são espaços de resistência ao avanço destrutivo do capital. No atual contexto de aceleração da contrarrevolução no país e no mundo, elas estão ameaçadas pelo brutal corte dos recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA-INCRA), como parte de políticas de ultradireita dos governos Temer e Bolsonaro.

É verdade que o lulismo não promoveu a reforma agrária. Também é verdade que os cortes na política de melhoria dos assentamentos ocorreram nos governos Dilma. No entanto, é preciso destacar que houve uma ruptura institucional no Brasil, com o golpe de 2016. As classes proprietárias brasileiras e mundiais declararam guerra aos trabalhadores. Desde a ditadura empresarial-militar estamos assistindo um longo processo de contrarrevolução. As últimas cenas deste filme são aquelas onde as classes proprietárias não aceitaram o "melhorismo" do PT e optaram por destruir os direitos sociais conquistados no século XX.

Neste contexto, lutas dos movimentos sociais em torno do 10% do PIB, melhores condições de trabalho e remuneração dos educadores, melhor aposentadoria, foram por água abaixo. Obviamente as escolas de agroecologia do MST, em termos quantitativos, são pequenas, mas em termos qualitativos demonstram na prática a possibilidade de existência da educação para além do capital.

O avanço da educação para além do capital dependerá do avanço das lutas das escolas autônomas, em geral escolas de movimentos sociais, e das lutas dos trabalhadores educacionais, em geral massacrados por sistemas educacionais que lhes pagam mal, não permitem que os mesmos decidam o que ensinar, como ensinar, e para quê ensinar. Num plano mais amplo, a classe trabalhadora terá que questionar - ao mesmo tempo - o "melhorismo" conciliador do lulismo e o bolsonarismo ultrarregressivo que vai nos levar ao Brasil do século XVIII. As ações educacionais deverão fazer parte de um programa político revolucionário, para além do capital, tendo em vista a construção de uma América Latina unida, baseada na propriedade comunal, no trabalho associado, na desmercantilização completa da vida, na agroecologia e na educação emancipada.

Referências

CALDART, Roseli S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDART, Roseli S. Pedagogia do Movimento e Complexos de Estudos. In: SAPELLI, M., FREITAS, L. C. e CALDART, R. S. (orgs). **Caminhos para transformação da escola** 3.

técnicos integrados ao ensino médio. No entanto, no ano de 2006, o COTUCA (Escola técnica da UNICAMP) e a Faculdade de Engenharia Agrícola da UNICAMP, em parceria com o Movimento Sem Terra (MST), com financiamento do PRONERA-INCRA e certificação do Centro Paula Souza, realizaram três turmas de Ensino Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio, nos polos de Presidente Prudente, Ribeirão Preto e Itapeva. Ao que tudo indica em 2006 as diretrizes do MST para a transição agroecológica já se faziam presentes em parte ou com força nos cursos criados pelo movimento. Em 2017, o Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia (UNESP-Marília), do qual fazemos parte, em parceria com o MST e o Centro Paula Souza, começou a executar o projeto "Ensino Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio", com financiamento do PRONERA-INCRA.

Organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo: ensaios sobre complexos de estudo. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 19-66.

CIAVATTA, Maria. A reconstrução histórica de trabalho e educação e a questão do currículo na formação integrada – ensino médio e EJA. In: TIRIBA, Lia.; CIAVATTA, Maria. (orgs). TIRIBA, Lia.; CIAVATTA, Maria. (orgs). Brasília: Liber Livro; UFF, 2011, p. 225-56.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise N. Ensino Médio Integrado. In: CALDART, R.; PAREIRA, I. ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.) **Dicionário de Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular-Fiocruz, 2012.

FERNANDES, Florestan. Que tipo de república. São Paulo: Global, 1986.

GUHUR, Dominique. **Contribuições do diálogo de saberes à educação profissional em Agroecologia no MST**: desafios da educação do campo na construção do projeto popular. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá.

KUENZER, Acácia. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educ. Soc.** [online]. 2017, vol.38, n.139, pp.331-354.

LIMA, Aparecida C. **Práticas educativas em agroecologia no MST/PR**: processos formativos na luta pela emancipação humana. 2011. 321 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

LIMA, Aparecida C. *et al.* Reflexão sobre a educação profissional em agroecologia no MST: desafios nos cursos técnicos do Paraná. In: RODRIGUES, Fabiana C; NOVAES, Henrique T; BATISTA, Eraldo L. (orgs.) **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

MACEDO, Rogério Fernandes. A destruição em massa: a tragédia da fome e da degradação dos hábitos alimentares. In: In: NOVAES, H. T.; SANTOS, J.; PIRES, J. H. (Orgs.) **Questão agrária, cooperação e agroecologia**, vol. I. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

MACHADO, Luiz P.; MACHADO FILHO, Luiz P. **A Dialética da Agroecologia** – Contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MOLINA, M.; ARELARO, L.; WOLF, S. **Resumo do 2º Encontro do Residência Agrária**, Brasília, agosto de 2015.

MST. **Método de Trabalho e Organização Popular**. São Paulo: Setor de Formação, 2005.

NOVAES, Henrique Tahan. **Reatando um fio interrompido**: a relação universidade - movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Expressão Popular-Fapesp, 2012.

NOVAES, Henrique Tahan. Produção destrutiva e agroecologia: contribuições teóricas para a crítica a "revolução verde" na teoria de István Mészáros. **RTPS – Revista Trabalho, Política e Sociedade**, Vol. III, nº 05, p. 141-162, jul.-dez./2018.

NOVAES, Henrique Tahan; PIRES, João H. A entrada da Agroecologia na Agenda do MST: Estratégia para Além do "Desenvolvimento Sustentável"? In: CORSI, F.; MARANGONI, J.; SANTOS, A.. (Org.). **Os dilemas atuais do Brasil e da América Latina**. 1ª ed. Marília (SP): Oficina Universitária/Cultura Acadêmica, 2016, v. 1, p. 145-160

PILETTI, Nelson. **Reforma do ensino médio 1** – Lições da História. Revista Espaço Acadêmico, 2016. Disponível em: <https://espacoacademico.wordpress.com/2016/11/04/reforma-do-ensino-medio-1-licoes-da-historia/>, acesso em 18/10/2019

PIRES, João H. S. **Uma análise da proposta de formação técnica para o processo de transição agroecológica na Escola "José Gomes da Silva"**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Filosofia e Ciências/Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita".

PIRES, João Henrique Souza.; NOVAES, Henrique Tahan. Estudo, Trabalho e Agroecologia: A Proposta Política Pedagógica dos Cursos de Agroecologia do MST no Paraná. In. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 8, n. 2, p. 110-124, dez. 2016.

RIBEIRO, Darcy. **Sobre o óbvio**. Marília: Lutas anticapital, 2019.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SANTOS, Laís. **Gestão democrática e participação na educação profissional agroecológica do MST (PR): limites e possibilidades de uma educação emancipatória**. Marília (SP): 2015. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP, Marília.

SHULGIN, Viktor. N. **Rumo ao Politecnismo**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa – geopolítica da fome**. São Paulo: Cortez, 2013.